



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**Boletim Geral da Secretaria de Defesa Social**

**Ano XI - Recife, sexta-feira, 05 de julho de 2024 - Nº 124**

**SECRETÁRIO: Alessandro Carvalho Liberato de Mattos**

Ano CI • Nº 119

**Poder Legislativo**

Recife, sexta-feira, 05 de julho de 2024

**LEI Nº 18.612, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Altera a Lei nº 12.876, de 15 de setembro de 2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra a população LGBTQIA+ e contra a população preta e parda no âmbito do Estado de Pernambuco, bem como sobre a divulgação de relatório diagnóstico na forma que menciona, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de ampliar o alcance da elaboração de estatísticas para outros grupos vulneráveis.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 12.876, de 15 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+, a população preta e parda, as mulheres e as pessoas em situação de pobreza no âmbito do Estado de Pernambuco, bem como sobre a divulgação de relatório diagnóstico, na forma que menciona”. (NR)

Art. 2º A Lei nº 12.876, de 15 de setembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º O Poder Executivo do Estado de Pernambuco deverá elaborar estatística sobre a violência que atinge a população LGBTQIA+, a população preta e parda, as mulheres e as pessoas em situação de pobreza, segundo classificação utilizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (NR)

§ 1º Deverão ser tabulados todos os dados em que conste qualquer forma de agressão que vitime pessoas LGBTQIA+, pessoas pretas e pardas, mulheres e pessoas em situação de pobreza, segundo classificação utilizada pelo IBGE, devendo existir codificação própria e padronizada para todas as Secretarias de Estado e demais órgãos ou entidades. (NR)

“Art. 3º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL - UNIÃO

**LEI Nº 18.614, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Institui o Programa de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres em Cárcere no Estado de Pernambuco.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres em Cárcere no Estado de Pernambuco.

Art. 2º O Programa de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva garante a todas as mulheres que se encontram encarceradas nas unidades prisionais e delegacias do Estado:

I - a dignidade menstrual;

II - o acesso anual às consultas ginecológicas ou, com maior frequência, conforme as necessidades individuais de cada mulher;

III - a realização do exame Papanicolau, de acordo com as orientações da Secretaria Estadual de Saúde;

IV - a realização do exame preventivo de mamografia de acordo com as orientações da Secretaria Estadual de Saúde; e

V - a vacinação contra o Papilomavírus humano - HPV de acordo com o calendário do Plano Nacional de Imunizações (PNI) e demais normas de âmbito estadual.

Art. 3º O Estado de Pernambuco deverá publicar anualmente relatório sobre o número de consultas, exames e vacinas realizados dentro do programa.

Parágrafo único. Serão preservadas a identidade e dignidade das mulheres atendidas conforme disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL – UNIÃO

**LEI Nº 18.617, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Institui diretrizes e objetivos para a sistematização de dados integrados de mortalidade materna e neonatal no âmbito do Estado de Pernambuco.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídos diretrizes e objetivos para a sistematização de dados integrados de mortalidade materna e neonatal no âmbito do Estado de Pernambuco, com a finalidade de coordenar e analisar dados relativos a todas as notificações de mortes maternas e neonatais registradas no estado, através do desenvolvimento de banco de dados e da elaboração de relatórios e estatísticas periódicos.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - morte materna: o óbito de uma mulher durante a gestação ou em até 42 (quarenta e dois) dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez, causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela;

II - morte neonatal: óbito de recém-nascido entre 0 (zero) e 27 (vinte e sete) dias de vida.

§ 2º Os dados de que trata o caput deverão balizar estudos, campanhas de prevenção e políticas públicas para a redução da mortalidade materna e neonatal.

Art. 2º A sistematização de dados integrados de mortalidade materna e neonatal deverá observar as seguintes diretrizes:

I - promoção do diálogo, convergência de ações e integração entre órgãos públicos e entidades privadas da sociedade civil, particularmente aqueles que tenham como objeto de estudo ou pesquisa a saúde materna e neonatal;

II - produção de conhecimento e publicização de dados, estudos, relatórios, notícias, estatísticas e mapas que revelem a situação e a evolução da mortalidade materna e neonatal no Estado, identificando faixa etária, raça/cor, gênero, etnia e outras variáveis que possam dar uma melhor dimensão do fenômeno, voltados para a prevenção e mitigação da mortalidade materna e neonatal;

III - criação de meios de acesso rápido às informações sobre as situações de mortalidade materna e neonatal, garantido o sigilo da identidade das mulheres e recém-nascidos envolvidos; e

IV - estímulo à participação social e à colaboração nas etapas de formulação, execução e monitoramento de políticas públicas efetivas e adequadas à realidade da saúde materna e neonatal.

Art. 3º A sistematização de dados integrados de mortalidade materna e neonatal deverá compreender entre seus objetivos:

I - acompanhar, a partir da coleta, análise e divulgação de determinadas informações, o processo de efetivação das leis e políticas públicas que se refiram à saúde materna e neonatal;

II - tabular, padronizar, sistematizar, harmonizar e integrar o sistema de registro e armazenamento de dados relativos à mortalidade materna e neonatal;

III - colaborar para a identificação de vulnerabilidades e para a implementação de medidas preventivas e de intervenção para a redução da mortalidade materna e neonatal;

IV - fomentar a criação de políticas públicas voltadas para a prevenção da mortalidade materna e neonatal e para a melhoria do acesso, qualidade e humanização da assistência à saúde da mulher e do recém-nascido; e

V - publicar, de maneira ampla e efetiva, os dados e resultados obtidos.

Art. 4º A sistematização de dados integrados de mortalidade materna e neonatal poderá ser implementada com a colaboração de órgãos e entidades públicas, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL – UNIÃO

**LEI Nº 18.618, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Institui a Política Estadual de Incentivo à Aprendizagem Profissional no âmbito do Estado de Pernambuco e estabelece normas para contratação de empresas pela Administração Pública Estadual.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Incentivo à Aprendizagem Profissional, no âmbito do Estado de Pernambuco, com objetivo de incentivar a contratação de jovens aprendizes pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública direta e indireta.

Art. 2º São diretrizes da Política Estadual de Incentivo à Aprendizagem Profissional:

- I - promoção da formação técnico-profissional de adolescentes através da celebração de contrato de aprendizagem;
- II - garantia de acesso e frequência obrigatória dos jovens aprendizes ao ensino regular;
- III - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- IV - horário especial para o exercício das atividades de aprendizagem;
- V - formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor;
- VI - avaliação e acompanhamento psicológico, de assistência social e vocacional voltada aos jovens aprendizes;
- VII - inserção futura no mercado de trabalho;
- VIII - formação, desenvolvimento e complementação dos estudos dos jovens aprendizes;
- IX - formação, conscientização e estímulo aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, para desenvolverem suas capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais;
- X - fortalecimento da cooperação interinstitucional entre agentes públicos, iniciativa privada, sociedade civil e famílias, visando soluções conjuntas e ações integradas para promover sua inclusão social e cidadã; e
- XI - observância da legislação especial, em particular os arts. 424 e seguintes do Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Art. 3º A Política Estadual de Incentivo à Aprendizagem Profissional deverá priorizar a inclusão de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:

- I - adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;
- II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;
- III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;
- IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- V - jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;
- VI - jovens e adolescentes com deficiência;
- VII - jovens e adolescentes matriculados em instituição de ensino da rede pública, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, incluída a modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e
- VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído em instituição de ensino da rede pública.

Art. 4º A contratação dos jovens aprendizes deverá ser efetivada por entidade sem fins lucrativos que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registrada no Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, consoante autorizado pelo art. 431 da CLT.

Art. 5º A entidade sem fins lucrativos mencionada no parágrafo anterior deverá ser contratada pela Administração Pública Estadual por meio de processo licitatório, atendidas as exigências legais.

Art. 6º As atividades teóricas da aprendizagem ficarão a cargo da entidade contratada, cabendo à Administração Pública Estadual contratante a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional.

Art. 7º Em todos os editais de licitação lançados pelo Estado de Pernambuco para a prestação de serviços de qualquer natureza, deverá constar como condição para a celebração do contrato, que o contratado cumpra a cota de aprendiz a que está obrigado, nos termos do art. 429 e seguintes do Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), exigindo-lhe a comprovação documental.

§ 1º Os editais de licitação também deverão prever recursos financeiros proporcionais à cota de aprendizes relativo ao efetivo de trabalhadores das empresas que lhe prestarão serviços.

§ 2º Os tomadores de serviço ficarão obrigados a receber os aprendizes em número proporcional ao efetivo de trabalhadores das empresas que lhe prestarão serviços.

§ 3º O cumprimento da cota de aprendizagem prevista no caput deste artigo também se aplica aos contratos firmados com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 8º As empresas que não cumprirem a cota de contratação de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1943, na Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e no art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficam impedidos de celebrar contrato com o Estado de Pernambuco.

Art. 9º As empresas que forem contratadas pelo Estado de Pernambuco deverão comprovar à Secretaria ou ao Órgão com que firmaram contrato, anualmente, o cumprimento da cota de contratação de aprendizes prevista na legislação, inclusive os pagamentos correspondentes, sob pena de impedimento da celebração de termos aditivos ao contrato.

Art. 10. O cumprimento alternativo da cota de aprendizagem deverá priorizar a inclusão de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social indicados no art. 3º desta Lei.

Art. 11. As contratações de mão de obra referidas no art. 9º deverão ser previstas nos instrumentos convocatórios das respectivas licitações, dispensas de licitações ou inexigibilidades de licitações.

Art. 12. As vagas de que trata esta Lei deverão ser disponibilizadas durante todo o período de execução do contrato, sendo preenchidas após seleção e respectiva indicação.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a aplicação da cota de aprendizagem resultar em número fracionado, efetuar-se-á o arredondamento para o número inteiro subsequente mais próximo.

Art. 13. O não cumprimento da cota de aprendizagem pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados ao Estado de Pernambuco permitirá ao órgão público contratante a extinção do contrato.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO SILENO GUEDES – PSB

**LEI Nº 18.622, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Dispõe sobre a Política Estadual de Combate à Pedofilia no Estado de Pernambuco, estabelece princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Combate à Pedofilia, com o objetivo de prevenir, identificar, combater e erradicar a pedofilia no Estado de Pernambuco.

Art. 2º São princípios da Política Estadual de Combate à Pedofilia:

- I - a dignidade da pessoa humana;
- II - a proteção integral da criança e do adolescente;
- III - a participação da sociedade civil; e
- IV - a integração das políticas e ações de governo.

Art. 3º São objetivos desta Política:

- I - promover a educação e a conscientização sobre a pedofilia;
- II - fortalecer a rede de proteção às vítimas; e
- III - incentivar a articulação de políticas públicas.

Art. 4º As diretrizes desta Política são:

- I - promover campanhas de conscientização;
- II - capacitar profissionais para identificação e atendimento; e
- III - fomentar a cooperação entre os órgãos públicos.

Art. 5º Ficam estabelecidos os seguintes instrumentos para a implementação desta Política:

- I - criação de programas educativos;
- II - estabelecimento de protocolos de atendimento; e
- III - incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Art. 6º O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil para a realização das ações previstas nesta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo publicará relatório anual sobre as ações realizadas no âmbito da Política Estadual de Combate à Pedofilia.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL – UNIÃO

**LEI Nº 18.623, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Dispõe sobre a Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta no Estado de Pernambuco.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta no Estado de Pernambuco, com o objetivo de promover ações integradas que visem à prevenção, ao combate e à erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da floresta, garantindo-lhes o pleno exercício de seus direitos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I - mulheres do campo e da floresta: aquelas que habitam as áreas rurais e florestais do Estado de Pernambuco, incluindo agricultoras, pescadoras, extrativistas, quilombolas, indígenas e demais categorias; e
  - II - violência contra as mulheres do campo e da floresta: qualquer ato ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada.
- Art. 3º São diretrizes da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta:
- I - promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres do campo e da floresta;
  - II - fortalecimento das políticas públicas de saúde, educação, trabalho, segurança e assistência social voltadas para as mulheres do campo e da floresta;
  - III - estímulo à participação das mulheres do campo e da floresta nos espaços de poder e decisão; e
  - IV - fomento à produção e disseminação de informações e estatísticas sobre a violência contra as mulheres do campo e da floresta.

Art. 4º O Poder Executivo deverá implementar programas e ações voltados para:

- I - a promoção de campanhas educativas e de conscientização sobre a violência contra as mulheres do campo e da floresta;
- II - o estímulo à criação de redes de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência;
- III - a capacitação de profissionais que atuam na prevenção e no combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta; e
- IV - o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias sociais que contribuam para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta.

Art. 5º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a implementação das ações previstas nesta Lei.

Art. 6º O relatório de que trata o inciso V do art. 3º da Lei nº 17.394, de 16 de setembro de 2021, deverá incluir dados, indicadores e sugestões de políticas públicas que possam contribuir para o enfrentamento e redução dos casos de feminicídio no Estado contra as mulheres do campo e da floresta.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo em todos os aspectos necessários para a sua efetiva implantação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL – UNIÃO

**LEI Nº 18.633, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Altera a Lei nº 15.722, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito do Estado de Pernambuco, do Disque Direitos Humanos (Disque 100), da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ligue 180) e da Ouvidoria da Mulher (0800.281.8187), disponibilizados respectivamente pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e Secretaria da Mulher do Governo do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de inserir novos contatos de socorro à mulher.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 15.722, de 8 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a divulgação, no âmbito do Estado de Pernambuco, dos canais de atendimento à mulher em risco ou vítima de violência.” (NR)

Art. 2º O caput do art. 1º da Lei nº 15.722, de 8 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Institui a obrigatoriedade de divulgação, no âmbito do Estado de Pernambuco, do Disque Direitos Humanos (Disque 100); da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ligue 180); da Polícia Militar (190); do link, via QRCode, para download e acesso ao aplicativo “app190”, também da Polícia Militar; e da Ouvidoria da Mulher (0800.281.8187), pelos seguintes estabelecimentos: (NR)

.....”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO JOEL DA HARPA – PL

**LEI Nº 18.634, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Institui a Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, no âmbito do Estado de Pernambuco.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, com o intuito de enfrentar as diversas violências e discriminações sofridas por pessoas LGBTQIA+, visando à promoção de sua cidadania plena.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+:

I - enfrentar a discriminação e a violência sofridas pelas pessoas LGBTQIA+ em razão de sua identidade de gênero, orientação sexual e/ou características sexuais;

II - monitorar os dados de violência contra pessoas LGBTQIA+, com desenvolvimento de metodologia para compilação desses dados;

III - fortalecer e implementar serviços de proteção, promoção e defesa de direitos, voltados ao atendimento e acolhimento das pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade e risco social;

IV - construir a Rede de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, articulando instituições e serviços governamentais e não-governamentais;

V - promover o fortalecimento institucional das políticas de enfrentamento às discriminações e violências sofridas pelas pessoas LGBTQIA+; e

VI - expandir o alcance das políticas de proteção, promoção e defesa das pessoas LGBTQIA+, no âmbito do território estadual.

Art. 3º São diretrizes da Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+:

I - reconhecimento das violências e discriminações cometidas em razão da identidade de gênero, orientação sexual e/ou características sexuais como violências estruturais e históricas na sociedade brasileira;

II - reconhecimento das violências e discriminações cometidas em razão da identidade de gênero, orientação sexual e/ou características sexuais como incompatíveis com o Estado Democrático de Direito, com a Democracia e com os Direitos Humanos, para identificação da intervenção estatal adequada;

III - promoção da integração de pessoas LGBTQIA+ com a comunidade, visando ao enfrentamento das barreiras que impedem o seu pleno reconhecimento social;

IV - articulação entre as diferentes esferas governamentais e com a sociedade civil, para construção de respostas multisetoriais adequadas à complexidade do problema enfrentado; e

V - reconhecimento das interseccionalidades de raça e etnia, território, classe, gênero, idade, religiosidade, deficiência e outras como fatores de vulnerabilidade acrescidos às pessoas LGBTQIA+, cujas especificidades devem ser consideradas para a efetividade dos programas, planos, projetos e ações.

Art. 4º A Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+ será implementada de forma articulada e transversal, visando ao atendimento das pessoas LGBTQIA+ de forma integral.

§ 1º Os programas, planos, projetos e ações serão desenvolvidos com foco nas seguintes frentes:

I - desenvolvimento de diretrizes adequadas ao atendimento e acolhimento de pessoas LGBTQIA+, a partir da identificação, implementação e testagem de serviços destinados a enfrentar a violência contra pessoas LGBTQIA+;

II - suporte emergencial a serviços em curso, especialmente aqueles desenvolvidos pela sociedade civil e que possuem como diretriz o respeito à liberdade individual e ao exercício pleno da cidadania das pessoas LGBTQIA+; e

III - construção de políticas governamentais voltadas ao atendimento e acolhimento de pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência e/ou em situação de vulnerabilidade ou risco social, com foco em políticas de assistência, saúde, cidadania, cultura, segurança pública e justiça.

§ 2º A Política Estadual poderá ser realizada por meio das seguintes ações:

I - publicação dos atos normativos que instituem os programas e institucionalizam as políticas e os equipamentos direcionados ao atendimento e ao acolhimento de pessoas LGBTQIA+;

II - articulação com os Municípios e organizações da sociedade civil para a adesão à Rede, aos programas, planos, projetos e ações realizadas nesta Política;

III - formalização de parcerias com instituições públicas e privadas, como universidades, institutos de pesquisa, empresas, organizações da sociedade civil, para realização dos programas e projetos que compõem esta Política Estadual;

IV - mapeamento dos equipamentos públicos e da sociedade civil, em funcionamento, de atendimento e acolhimento às pessoas LGBTQIA+;

V - capacitação das equipes que atuam nos equipamentos públicos e da sociedade civil de atendimento e acolhimento às pessoas LGBTQIA+;

VI - incentivo, junto aos órgãos de pesquisa, ao levantamento dos dados relativos à população LGBTQIA+;

VII - fomento, junto a universidades e institutos de pesquisa e extensão, à produção do conhecimento relacionado à temática LGBTQIA+;

VIII - realização de encontros que permitam a troca de experiências entre representantes da gestão pública e/ou organizações que atuam no atendimento e no acolhimento de pessoas LGBTQIA+; e

IX - apoio e fomento a iniciativas de organizações da sociedade civil que atendem e acolhem pessoas LGBTQIA+ de forma alinhada com os objetivos e diretrizes desta Política Estadual.

Art. 5º Fica definido como público-alvo da Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra pessoas LGBTQIA+, prioritariamente:

I - pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;

II - vítimas de violência e discriminação em razão da identidade de gênero, orientação sexual e/ou características sexuais;

III - pessoas LGBTQIA+ em situação de rompimento, efetivo ou iminente, dos vínculos familiares e comunitários; e

IV - pessoas LGBTQIA+ com vulnerabilidade acrescida por atravessamento de outros marcadores sociais, como os de raça e etnia, território, classe, gênero, idade, religiosidade, deficiência e outros.

Art. 6º A Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+ poderá ser executada por meio de parcerias governamentais, com a administração estadual direta e indireta, empresas públicas, outros entes da federação e com organizações e entidades privadas alinhadas com as diretrizes fixadas nesta Lei.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL – UNIÃO

#### **LEI Nº 18.636, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Altera a Lei nº 18.174, de 12 de junho de 2023, que institui a Política de Prevenção e Atuação Frente ao Assédio Moral e Sexual nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de ampliar a proteção conferida às crianças e aos adolescentes.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 18.174, de 12 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Institui a Política Estadual de Prevenção e Atuação Frente à Violência nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 18.174, de 12 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Prevenção e Atuação Frente à Violência nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco. (NR)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência: (NR)

I - contra a criança e o adolescente: (NR)

a) a prática de intimidação sistemática, prevista na Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015; (AC)

b) a violência física, psicológica, sexual, institucional e patrimonial, nos termos da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017; e (AC)

c) a violência doméstica e familiar, consistente em qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial, nos termos da Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022; (AC)

II - assédio moral: toda e qualquer conduta reiterada praticada por alguém de nível hierárquico superior que atinja a moral, a honra ou a dignidade de alguém em nível hierárquico inferior, causando-lhe indevido constrangimento psicológico, tanto no âmbito das relações de trabalho, quanto das relações de ensino; e (NR)

III - assédio sexual: aquele tipificado no art. 216-A do Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), tanto no âmbito das relações de trabalho, quanto das relações de ensino. (AC)

“Art. 1º-A. O Poder Público poderá desenvolver, em conjunto com os órgãos de segurança pública e de saúde, e com a participação da comunidade escolar, protocolos para estabelecer medidas de proteção contra qualquer forma de violência no âmbito escolar, com ações específicas para cada uma delas. (AC)

Parágrafo único. Os protocolos de medidas de proteção à violência contra a criança e o adolescente nos estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, deverão prever a capacitação continuada do corpo docente, integrada à informação da comunidade escolar e da vizinhança em torno do estabelecimento escolar. (AC)

Art. 1º-B. A Política Estadual de Prevenção e Atuação Frente à Violência nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco observará os seguintes objetivos: (AC)

I - aprimorar a gestão das ações de prevenção e de combate à violência nas instituições de ensino; (AC)

II - contribuir para fortalecer as redes de proteção e de apoio às vítimas; (AC)

III - promover a produção de conhecimento, a pesquisa e a avaliação dos resultados das políticas em vigor; (AC)

IV - garantir o atendimento especializado, e em rede, das vítimas em situação de exploração sexual, bem como de suas famílias; (AC)

V - estabelecer espaços democráticos para participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos. (AC)

§ 1º As políticas públicas de prevenção e de combate às formas de violência previstas nesta Lei não se restringem às vítimas e devem considerar o contexto social amplo das famílias e das comunidades. (AC)

§ 2º A Política Estadual de Prevenção e Atuação Frente à Violência nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco, considerada a sua transversalidade, deverá prever capacitação continuada de todos os agentes públicos que atuam com crianças e adolescentes em situação de violência sexual.” (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL – UNIÃO

#### **LEI Nº 18.641, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Altera a Lei nº 16.536, de 9 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a reprodução, criação, venda, compra e doação de animais de estimação em estabelecimentos comerciais e assemelhados, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Joaquim Lira, a fim de dispor sobre a adoção de animais filhotes não esterilizados.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 16.536, de 9 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

§ 4º-A. Quando se tratar de filhotes, estes poderão ser oferecidos para adoção sem a esterilização, desde que os responsáveis pela realização dos eventos de que trata o § 1º e a pessoa adotante assumam o compromisso, mediante a assinatura de termo de responsabilidade, de submeterem o animal adotado à cirurgia de esterilização entre 6 (seis) e 12 (doze) meses de vida do animal. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**ÁLVARO PORTO**

Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO ERIBERTO FILHO - PSB

**PRIMEIRA PARTE**  
**Transcrições de Interesse da Secretaria de Defesa Social**

**1 - TRANSCRIÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL Nº 124 DE 05 DE JULHO DE 2024**

**1.1 - Governo do Estado:**

**DECRETO Nº 56.951, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

**Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2024, crédito suplementar no valor de R\$ 195.912,73 em favor da Secretaria de Defesa Social.**

**A GOVERNADORA DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 10 da Lei nº 18.428, de 22 de dezembro de 2023, e considerando a necessidade de reforçar dotação orçamentária insuficiente para atender despesas de investimentos da Secretaria, não implicando em acréscimo ao Orçamento vigente, uma vez que os recursos serão deduzidos de dotação disponível, **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2024, em favor da Secretaria de Defesa Social, crédito suplementar no valor de R\$ 195.912,73 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e doze reais e setenta e três centavos) destinado ao reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º, conforme inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estão previstos na fonte de recursos "0700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União", no valor de R\$ 195.912,73 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e doze reais e setenta e três centavos), especificados no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2024.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 4 de julho do ano de 2024, 208º da Revolução Republicana Constitucionalista e 202º da Independência do Brasil.

**RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA**

Governadora do Estado

**ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS**

**TÚLIO FREDERICO TENÓRIO VILAÇA RODRIGUES**

**WILSON JOSÉ DE PAULA**

**FABRÍCIO MARQUES SANTOS**

**ANEXO I**  
**(CRÉDITO SUPLEMENTAR)**

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2024	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FONTE	EM R\$ VALOR
<b>39000 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL</b>			
<b>00124 Secretaria de Defesa Social - Administração Direta</b>			
Projeto: 06.122.0459.4747 - Gestão de Projetos dos Convênios da Secretaria de Defesa Social			<b>195.912,73</b>
4.4.90.00 - Investimentos		0700	<b>195.912,73</b>
<b>TOTAL</b>			<b>195.912,73</b>

**ANEXO II**  
**(art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964)**

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2024	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FONTE	EM R\$ VALOR
<b>39000 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL</b>			
<b>00124 Secretaria de Defesa Social - Administração Direta</b>			
Atividade: 06.122.0459.4746 - Gestão dos Convênios da Secretaria de Defesa Social			<b>195.912,73</b>
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes		0700	<b>195.912,73</b>
<b>TOTAL</b>			<b>195.912,73</b>

(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 124, de 05JUL2024).

**1.2 - Secretaria de Administração:**

**O GERENTE GERAL DE CADASTRO, MOVIMENTAÇÃO E FOLHA DE PAGAMENTO DO ESTADO**, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria SAD nº 1.000, de 16 de abril de 2014, **RESOLVE:**

**Nº 2.151** - Conceder, ao (à) servidor (a) abaixo citado (a), Licença para Trato de Interesse Particular, nos termos do artigo 130, da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 316, de 18 de dezembro de 2015, a partir da publicação.



Nº PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	CARGO	ÓRGÃO/ ENTIDADE	DURAÇÃO
3900009209.000020/2024-94	MARIA EDUARDA ROCHA DE FRANÇA	4018354	AGENTE DE PERÍCIA CRIMINAL	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	30 DIAS

**O GERENTE GERAL DE CADASTRO, MOVIMENTAÇÃO E FOLHA DE PAGAMENTO DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SAD nº. 1000, do dia 16 de abril de 2014 e considerando o disposto na Lei Complementar nº 396, de 30 de novembro de 2018, **RESOLVE**:

**Nº 2.152** - Autorizar o afastamento do servidor abaixo para participar do Curso de Formação de Profissional, referente ao concurso de Perito Médico Legista de Polícia, da Polícia Civil do Estado da Bahia (PCBA), a partir de 18/03/2024 a 24/05/2024, com opção pela remuneração do seu cargo efetivo.

PROCESSO SEI Nº	SERVIDOR	MATRÍCULA	ÓRGÃO
3900009531.000004/2024-30	IGNO ALMEIDA BRAGA FILHO	3924530	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

**Nº 2.153** - Autorizar o afastamento do servidor abaixo para participar do Curso de Formação de Profissional, referente ao concurso de Delegado de Polícia Civil da Bahia, a partir de 12/03 à 12/06/2024, com opção pela remuneração do cargo efetivo do seu órgão de origem

PROCESSO SEI Nº	SERVIDOR	MATRÍCULA	ÓRGÃO
3900000872000069/2024-40	Everton Araujo da Cunha	3872319	PCPE/SDS

**ROBERTO MAIA PIMENTEL**

Gerente Geral de Cadastro, Movimentação e Folha de Pagamento

**DESPACHOS HOMOLOGATÓRIOS DO DIA 04 DE JULHO DE 2024.**

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO**, com fundamento no artigo 1º, alínea “c”, item 1, 1.11, da Portaria SAD nº 1000, de 16/04/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 17/04/2014, **RESOLVE**:

**Nº 235-1) Homologar**, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.000764/2024-40 (51236054) devidamente publicada no Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 059, de 31/05/2024 (51325459), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **GIVANILDO FERREIRA DE ASSIS**, CB RRPM, matrícula nº 12617-9, ocorrida em 15/02/2024; e

**2) Autorizar**, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização para a dependente habilitada do referido militar: **MARIA DAS GRAÇAS TENÓRIO DE ASSIS**, viúva.

**Nº 236-1) Homologar**, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.000078/2024-79 (51234359) devidamente publicada no Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 059, de 31/05/2024 (51325421), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **CARLOS ALBERTO DA SILVA**, CB PM REF., matrícula nº 610576-9, ocorrida em 03/01/2024; e

**2) Autorizar**, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização para a dependente habilitada do referido militar: **CICERA MARIA RIBEIRO DA SILVA**, viúva.

**Nº 237-1) Homologar**, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.002477/2024-74 (51869981) devidamente publicada no Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 065, de 14/06/2024 (51869981), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **JOSÉ ALEXANDRE JORDÃO PEREIRA DA SILVA**, 1º SGT RRPM, matrícula nº 31769-1, ocorrida em 27/03/2024; e

**2) Autorizar**, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização em cotas-partes iguais, **na fração de 1/2 (um meio)**, para as dependentes habilitadas do referido militar: **SIMONE KARINE PEREIRA JORDÃO**, viúva, **RESGUARDANDO** a cota-parte da outra dependente previdenciária habilitada: **MARIA EDUARDA PEREIRA DA SILVA**, filha, a qual deverá ser paga mediante requerimento, respeitando o prazo de prescrição quinquenal.

**Nº 238-1) Homologar**, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.001895/2024-44 (51358390) devidamente publicada no

Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 061, de 05/06/2024 (51497822), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **LUIZ CARLOS PEREIRA BARBOSA**, CEL RRPM, matrícula nº 605957-0, ocorrida em 26/02/2024; e

**2) Autorizar**, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização para a dependente habilitada do referido militar: **EDILENE EPAMINONDAS BECKER**, companheira.

**Nº 239-1) Homologar**, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.001768/2020-11 (27210800) devidamente publicada no Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 049, de 12/08/2022 (27297855), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **OSMAR BARROS XAVIER**, CEL RRPM, matrícula nº 600007-0, ocorrida em 12/06/2020; e

**2) Autorizar**, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização para a dependente habilitada do referido militar: **WEDINA BARROS XAVIER**, filha.

**Luciana Oliveira Pires**

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 124, de 05JUL2024).

### 1.3 - Secretaria da Casa Civil:

Sem alteração

## SEGUNDA PARTE

### Publicações da Secretaria de Defesa Social e seus Órgãos Operativos

## 2 – SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

### 2.1 – Secretaria de Defesa Social:

#### DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL CONCESSÃO DE ABONO DE PERMANÊNCIA

**PROCESSO SEI Nº 3900000622.001231/2024-99 – ANTÔNIO CARLOS GUERRA CAVALCANTI**, matrícula nº **2139200**, Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil. **DEFIRO** o pedido nos termos do Encaminhamento nº 1132/2024 - SDS - GGAJE, com efeito retroativo ao dia 09/05/2024.

**PROCESSO SEI Nº 3900000867.000317/2024-21 – ADENILSON DA SILVA FERREIRA**, matrícula nº **2212447**, Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil. **DEFIRO** o pedido nos termos do Encaminhamento nº 1155/2024 - SDS - GGAJE, com efeito retroativo ao dia **24/05/2024**.

**PROCESSO SEI Nº 3900000622.001327/2024-57 – KARLA RAMOS DE BARROS E SILVA**, matrícula nº **2217759**, Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil. **DEFIRO** o pedido nos termos do Encaminhamento nº 1175/2024 - SDS - GGAJE, com efeito retroativo ao dia **23/04/2022**.

**PROCESSO SEI Nº 3900001155.000575/2024-05 – KILMA COSTA DA SILVA LOPES**, matrícula nº **2812126**, Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil. **DEFIRO** o pedido nos termos do Encaminhamento nº 1154/2024 - SDS - GGAJE, com efeito retroativo ao dia **07/06/2024**.

**PROCESSO SEI Nº 3700000987.003062/2024-58 – MAGNO SOUZA DAS NEVES**, matrícula nº **2960745**, Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil. **DEFIRO** o pedido nos termos do Encaminhamento nº 1173/2024 - SDS - GGAJE, com efeito retroativo ao dia **01/07/2022**.

**PROCESSO SEI Nº 3900000622.001311/2024-44 – ISAIAS BEZERRA DA SILVA JÚNIOR**, matrícula nº **2209373**, Secretaria de Defesa Social/Polícia Civil. **DEFIRO** o pedido nos termos do Encaminhamento nº 1151/2024 - SDS - GGAJE, com efeito retroativo ao dia **08/06/2024**.

**ALESSANDRO CARVALHO LIBERATO DE MATTOS**

Secretário de Defesa Social

## 2.2 – Secretaria Executiva de Defesa Social:

### PORTARIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL

Nº 4171 – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, e em conformidade com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, e pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, combinados com a Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, **RESOLVE:**

**Designar**, para integrar o corpo docente do **Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos BM - CAS BM, Turmas 01 a 04**, na modalidade EAD, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 693/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (50737513)**, revalidado de acordo com o **Parecer Técnico nº 914/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (52424044)** que será realizado a contar de **04 de julho de 2024**, com carga horária total de 160 (cento e sessenta) horas-aula, sob a supervisão Academia de Bombeiros Militar dos Guararapes - ABMG, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO - 160 H/A		
CARGO	MAT.	COORDENADOR
MAJ BM	704009-1	ALYSSON BARROS DA SILVA
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS
SGT BM	710310-7	JOÃO CARLOS SANTOS CABRAL
SGT BM	710393-0	SANDRA CRISTINA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE BARROS
DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS - Carga Horária: 30 H/A		
CARGO	MAT.	TUTOR
SGT BM	940477-5	EDMIR NICACIO LOPES JUNIOR
CB PM	113120-6	FABRICIA SOARES DOS SANTOS
COMISSÁRIA PCPE	220883-0	ALBERCIA MENEZES GUIMARAES
ESCRIVÃ PC	350937-0	MONICA PEREIRA DA SILVA
DISCIPLINA: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Carga Horária: 30 H/A		
CARGO	MAT.	TUTOR
TC PM	940274-8	LUIZ RAMOS DE VASCONCELOS NETO
MAJ BM	798144-9	HEVERTON HEBERTI GOMES DA SILVA
SGT BM	950911-9	JOÃO MARCONIO FERREIRA MATIAS
SGT BM	707212-0	RICARDO TIMOTEO GALINDO FALCAO
DISCIPLINA: GESTÃO LOGÍSTICA - Carga Horária: 30 H/A		
CARGO	MAT.	TUTOR
SGT BM	950908-9	JOSÉ RICARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA
SGT PM	108512-3	PAULA ADRIANA CARVALHO DE MOURA
SGT PM	108033-4	LUCIANO VIEIRA DA MOTA
SGT PM	104963-1	JORGE CANTO DA SILVA FILHO
DISCIPLINA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR - Carga Horária: 40 H/A		
CARGO	MAT.	TUTOR
CEL BM	455711-5	CLÓVIS FERNDANDES DIAS RAMALHO
TEN BM	707278-3	EDNELSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
TEN BM	707153-1	ALMIR TEREZIO DE ARAUJO NETO
ST PM	107462-8	DAVISON ALVES GONÇALVES DOS SANTOS
DISCIPLINA: DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - Carga Horária: 30 H/A		
CARGO	MAT.	TUTOR
CAP BM	798042-6	ADJAIR PEREIRA DA SILVA
TEN BM	720004-8	ANA CLARA DE BRITO XAVIER
TEN BM	707035-7	THIAGO ROCHA ALVES DE LIMA
TEN BM	707.017-9	WIRLADESANDRA ALVES SOARES DE SOUZA

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

### PORTARIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL

Nº 4172 – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, combinado com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, bem como, pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, **RESOLVE:**

**Matricular**, no **Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos BM - CAS BM, Turmas 01 a 04**, na modalidade EAD, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 693/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (50737513)**, revalidado de acordo com o **Parecer**

**Técnico nº 914/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (52424044)** que será realizado a contar de 04 de julho de 2024, com carga horária total de 160 (cento e sessenta) horas-aula, sob a supervisão Academia de Bombeiros Militar dos Guararapes - ABMG, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

Nº	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	NOME
1	SGT BM	798161-9	JAMES BEZERRA DE MOURA
2	SGT BM	798153-8	JOSÉ ROBERTO BATISTA DA SILVA
3	SGT BM	798323-9	ANTÔNIO DE ABREU
4	SGT BM	798142-2	HUGO MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
5	SGT BM	798299-2	VALMIR BATISTA DE SANTANA
6	SGT BM	798235-6	MARCOS FELIPE MENDONÇA DE NERI
7	SGT BM	704034-2	MARIA CLÁUDIA DA CUNHA
8	SGT BM	704064-4	JONATAS MAGELA QUEIROZ AMORIM
9	SGT BM	707236-8	PAULO HENRIQUE CAVALCANTE DO REGO
10	SGT BM	707135-3	THYAGO HENRIQUE DA SILVA SOARES
11	SGT BM	707256-2	CLEMERSON BARBOSA DE OLIVEIRA
12	SGT BM	704091-1	LENY DE FRANÇA SOUSA SILVA
13	SGT BM	707171-0	ANDRÉ FELIPE DA CRUZ NUNES
14	SGT BM	707262-7	FABIANO MATIAS DO MONTE
15	SGT BM	707252-0	RAFAELA DE LIMA LIRA
16	SGT BM	707304-6	CRISTOVÃO DE OLIVEIRA MACIEL
17	SGT BM	707071-3	ADRIANE BARBOSA DE VASCONCELOS
18	SGT BM	798147-3	HIDALGO DE AQUINO NETO
19	SGT BM	798158-9	JORGE ALEXANDRE DA SILVA
20	SGT BM	798066-3	BRUNO PLÁCIDO GUERRA SILVA
21	SGT BM	798337-9	GEYSON SOUZA DE LIRA
22	SGT BM	798316-6	WINSTON SANTOS TINÉ
23	SGT BM	798344-1	JADSON RUI PEREIRA DE MENEZES
24	SGT BM	798160-0	JOÃO GOMES FERREIRA
25	SGT BM	798056-6	ANTÔNIO MARCOS GONÇALVES FERREIRA
26	SGT BM	798093-0	EDILSON TENÓRIO DE ARAÚJO
27	SGT BM	798255-0	ROBERTO VALENTIM DA SILVA
28	SGT BM	798165-1	JOSÉ AUGUSTO BARBOSA ALMEIDA
29	SGT BM	798180-5	JOSÉ MAURICIO DA SILVA
30	SGT BM	798095-7	ELINALDO MARTINS PALMEIRA DA SILVA
31	SGT BM	798278-0	RENATO PINHEIRO
32	SGT BM	798214-3	LUCIANO JOSÉ DA SILVA
33	SGT BM	798249-6	PAULO FERREIRA DE ARRUDA
34	SGT BM	798275-5	RICARDO DE SOUZA AMORIM
35	SGT BM	798281-0	SILVÉRIO CAVALCANTI DE MELO
36	SGT BM	798170-8	JOCLAILTON DO NASCIMENTO
37	SGT BM	798055-8	ALEXSANDRO LAURENTINO DE LIMA
38	SGT BM	798152-0	IBSON VIEIRA DA SILVA
39	SGT BM	798254-2	RIVADAVE SOARES DE MORAES JÚNIOR
40	SGT BM	798212-7	LUCIANO VIEIRA DE OLIVEIRA
41	SGT BM	798297-6	VERNER DE OLIVEIRA DANTAS VERAS
42	SGT BM	798080-9	DIERSON GONÇALVES DE CARVALHO
43	SGT BM	798164-3	JAIR DA SILVA GRANJA
44	SGT BM	798187-2	JÚLIO DELFINO DE LIMA NETO
45	SGT BM	798291-7	SANDRO LUIZ MACIEL
46	SGT BM	798325-5	ADELMO CALIXTO DA SILVA
47	SGT BM	798178-3	JOÃO BATISTA DOS SANTOS MARQUES
48	SGT BM	798242-9	MÁRCIO PEREIRA DE MELO
49	SGT BM	798156-2	JOSÉ MARCOS PEREIRA DA SILVA
50	SGT BM	704187-0	ALINE MARQUES VIEIRA DE MELO
51	SGT BM	704094-6	DIOGO DE SOUZA GUIMARÃES
52	SGT BM	704137-3	JOSÉ IVALDO CALDAS DA SILVA
53	SGT BM	798352-2	RAFAEL LUIZ DE FREITAS
54	SGT BM	798356-5	BOLÍVAR TORRES RORIZ JÚNIOR
55	SGT BM	950906-2	JOÃO MARIA PEREIRA BARBOSA
56	SGT BM	798062-0	AGUINALDO BRANDÃO ALVES DA SILVA
57	SGT BM	798295-0	VALDIR ESPÍRITO SANTO CHAGAS
58	SGT BM	798233-0	MARCOS ANDRÉ DE SOUZA COSTA
59	SGT BM	798304-2	WELLINGTON GOMES PEREIRA
60	SGT BM	798139-2	GILVAN LAURENTINO MARTINS

61	SGT BM	798196-1	JÚLIO CARNEIRO CARVALHO JÚNIOR
62	SGT BM	798232-1	MARCÍLIO VAGNER DA SILVA
63	SGT BM	798306-9	WELLINGTON MARCOS DA SILVA NETO
64	SGT BM	798263-1	RUBENILDO FERREIRA GOMES
65	SGT BM	798098-1	ERIVAN FERREIRA DA SILVA
66	SGT BM	798240-2	MOISÉS SOARES DOS SANTOS
67	SGT BM	798134-1	GENIVAL MANOEL DE SOUZA SILVA
68	SGT BM	798136-8	GEORGE LUIZ DE SOUZA BARBOSA
69	SGT BM	798188-0	JOSÉ PAULO DE TORRES
70	SGT BM	798069-8	CRISTIANO DA SILVA SANTOS
71	SGT BM	798167-8	JOÃO IVANALDO SALUSTIANO
72	SGT BM	798079-5	DENIS ALESANDRO DA SILVA
73	SGT BM	798121-0	FABIO DE MORAES CASTRO
74	SGT BM	798058-2	ALEXSANDRO DE ANDRADE SILVESTRE
75	SGT BM	798113-9	FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA BARBOSA
76	SGT BM	798159-7	JANILSON ALVES FERREIRA
77	SGT BM	798175-9	JORGE JOSÉ ESPIRITO SANTO CHAGAS
78	SGT BM	798183-0	JOSÉ ADEILSON VITALINO CAETANO
79	SGT BM	798318-2	WELLINGTON VIRGÍNIO DE ARAÚJO
80	SGT BM	798261-5	ROBSON ANTONIO DA SILVA
81	SGT BM	798251-8	PAULO EMERSON DE MELO
82	SGT BM	798049-3	ADRIANO ALVES DE OLIVEIRA
83	SGT BM	798209-7	LÚCIO JORGE SIMÕES DE MELO
84	SGT BM	798094-9	ERINALDO BORGES DINIZ
85	SGT BM	798118-0	FÁBIO JOSÉ DA SILVA
86	SGT BM	798311-5	WALTER RODRIGUES DA SILVA
87	SGT BM	798035-3	ANDRÉ SANTOS DO NASCIMENTO
88	SGT BM	798145-7	HEBERT GALVÃO DA SILVA
89	SGT BM	798173-2	JOSÉ GERALDO SILVA TEOTONIO
90	SGT BM	798296-8	VLADIMIR MATIAS DO NASCIMENTO
91	SGT BM	798326-3	ALEXANDRE CARLSON RODRIGUES DA SILVA
92	SGT BM	798230-5	MÁRCIO ÉVIO MARTINS DE BARROS
93	SGT BM	798050-7	ANTÔNIO RÓGER RAMOS DE BRITO
94	SGT BM	798090-6	ERIC CÉSAR MELO DE LIMA
95	SGT BM	798345-0	JOSÉ GOMES SABINO
96	SGT BM	798215-1	LEANDRO GONÇALVES DA SILVA
97	SGT BM	798335-2	FABIANO SALES DA SILVA
98	SGT BM	798057-4	ALEXANDRO DE SOUZA AMORIM
99	SGT BM	798238-0	MÁRIO MARQUES DE MELO
100	SGT BM	798186-4	JORDÃO CLEDSON TEIXEIRA DE MELO
101	SGT BM	798348-4	LUCIANO WELLINGTON DOS SANTOS
102	SGT BM	798023-0	ALEXANDRE DAMIÃO DA SILVA
103	SGT BM	798237-2	MELQUISEDEC CAETANO DE MENEZES
104	SGT BM	798193-7	JAMERSON LEANDRO GOMES DA SILVA
105	SGT BM	798223-2	MARCELO JOSÉ DA SILVA
106	SGT BM	798271-2	RAQUEMBERG SANDRELI APOLINÁRIO DO PRADO
107	SGT BM	798154-6	JOSÉ LIVALDO BARBOSA LEÃO
108	SGT BM	798355-7	WELLINGTON RAMOS DA SILVA
109	SGT BM	798343-3	JOSÉ BEZERRA MARTINS
110	SGT BM	798204-6	LUIZ AUGUSTO VIEIRA DA CRUZ
111	SGT BM	798225-9	MARCOS DANTAS BANDEIRA
112	SGT BM	798096-5	EDÉSIO GOMES DE ANDRADE
113	SGT BM	798026-4	ANDRÉ FÉLIX MOURA
114	SGT BM	798257-7	ROGÉRIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO
115	SGT BM	798274-7	ROBSON GOMES TAVARES
116	SGT BM	798088-4	DANIEL ALVES DE MELO
117	SGT BM	798168-6	JOSÉ ALVES LEITE DA SILVA
118	SGT BM	798101-5	EDMARCK ANTÔNIO BARROS SANTANA
119	SGT BM	798155-4	JACKSON DE MELO SILVA
120	SGT BM	798174-0	JAILSON RIBEIRO DE SOUZA
121	SGT BM	798307-7	WINDSON SANTOS TINÉ
122	SGT BM	798289-5	SINDALVO DIAS DE FRANÇA
123	SGT BM	798324-7	ANDRÉ FAUSTO VASCONCELOS DA SILVA
124	SGT BM	950512-1	ANDRÉ LUIZ MAXIMO DE MEDEIROS ALDABALDE

125	SGT BM	798137-6	GUSTAVO SOBRAL DA SILVA
126	SGT BM	704169-1	RICARDO FRANCISCO AMORIM COELHO
127	SGT BM	704099-7	THIAGO AUGUSTO SILVA E SOUZA
128	SGT BM	704043-1	JANAINA MARIA SILVA DE LEMOS FREITAS
129	SGT BM	704112-8	RODRIGO SPINELLI VASCONCELOS
130	SGT BM	704087-3	RICARDO SILVA GOMES
131	SGT BM	704069-5	DOUGLAS ALEXANDRE LEMOS DA SILVA
132	SGT BM	704153-5	JOÃO CARLOS DE SOUZA SANTOS
133	SGT BM	704118-7	MARDEN BORBA ACAMPORA DE PAULA MACHADO
134	SGT BM	704038-5	MARCELO FERNANDES DE ALMEIDA
135	SGT BM	704088-1	ANTONIO FERNANDO LAURINDO DA SILVA
136	SGT BM	704163-2	KLEBER HENRIQUE DA SILVA PIRES DE SOUZA
137	SGT BM	704199-3	ELTON JERCIONE PEREIRA GOMES
138	SGT BM	704203-5	ERALDIR DA SILVA VIEIRA
139	SGT BM	704202-7	MARCOS SOARES DE SOUZA
140	SGT BM	704175-6	ANTÔNIO MARCOS DA SILVA
141	SGT BM	798162-7	JOSÉ COSTA DA SILVA
142	SGT BM	704080-6	FÉLIX ROSA DE ASSIS
143	SGT BM	707216-3	ANTÔNIO ISNAR PATRIOTA JÚNIOR
144	SGT BM	707052-7	ODEMIR GUEDES DA SILVA
145	SGT BM	707359-3	DOUGLAS RAFAEL DE ALMEIDA SANTOS
146	SGT BM	707195-7	DIEGO FERNANDO ANDRADE ARRUDA
147	SGT BM	707233-3	JOSÉ HUMBERTO LUNA BRAGA DE MELO
148	SGT BM	707020-9	EDILSON DA SILVA PEREIRA
149	SGT BM	707214-7	FAGNER JOSÉ DA SILVA
150	SGT BM	707352-6	HELSONEY DA COSTA SILVA
151	SGT BM	707371-2	JÚLIO CESAR GOMES DA SILVA
152	SGT BM	707051-9	MAXWELL FELIPE MELO DOS SANTOS
153	SGT BM	707168-0	WALBER DE LIMA CORDEIRO
154	SGT BM	707161-2	FABIANA CÍNTIA SOUZA DE MOURA
155	SGT BM	707201-5	FLÁVIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR
156	SGT BM	707091-8	HÉRCULES ROBERTO CORREIA VIANA DE SOUZA
157	SGT BM	707290-2	MARIA CLARA NUNES ALVES DA SILVA
158	SGT BM	707076-4	TACIANA MONIQUE LACAVA DE CARVALHO
159	SGT BM	707038-1	LUIZ CARLOS ARAÚJO DO PRADO
160	SGT BM	707269-4	ADILSON SOUZA MAGALHÃES
161	SGT BM	707022-5	FILLIPE RODRIGUES DE CASTRO
162	SGT BM	707345-3	BRUNO JOSÉ NERY
163	SGT BM	707287-2	FRANCISCO MICHERLAN LUNA
164	SGT BM	707050-0	FLÁVIO FERREIRA GONDIM
165	SGT BM	707351-8	BENEDITO GEAN PEREIRA SOARES
166	SGT BM	707263-5	MONICK CRISTINE DA SILVA BARROS
167	SGT BM	707112-4	GUSTAVO RAMOS SEVERO
168	SGT BM	707391-7	LEIA FRANCISCA DE SOUZA
169	SGT BM	707388-7	DANILLO RAFAEL NASCIMENTO DE LIMA
170	SGT BM	707363-1	GLAUCIUS VINICIUS DE OLIVEIRA AGUIAR
171	SGT BM	707138-8	JOABSON BEZERRA GOMES DA SILVA
172	SGT BM	707072-1	ADRIANO FÉLIX DA SILVA
173	SGT BM	707238-4	JOSÉ HENRIQUE CAVALCANTE MENDONÇA
174	SGT BM	798309-3	WANTHIER BARBOSA CHAVES
175	SGT BM	704058-0	CLEITON JARDEL EVANGELISTA BARRETO
176	SGT BM	704150-0	ADRIANO MARCOS VICENTE
177	SGT BM	704168-3	JOSÉ BRENISON DE OMENA
178	SGT BM	704068-7	DAVI DOS SANTOS BATISTA

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

**PORTARIA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL**

**Nº 4173** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, combinado com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, bem como, pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, **RESOLVE:**

**I - Excluir**, a contar das datas especificadas em cada Processo SEI, do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM – CAS PM, **Parecer Técnico nº 184/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (46998580)**, com carga horária total de 444 horas-aulas, sob a supervisão do Campus de Ensino Metropolitano I (CEMET I/CFAP), da Academia Integrada de Defesa Social – ACIDES, os policiais militares abaixo relacionados por haverem incorrido no preconiza o Projeto do Curso em seu item 10.9.1 – “Do

**desligamento do Curso”; letra “c” – “A pedido do aluno por não ter mais interesse em frequentar o referido curso, devidamente requerido por escrito”:**

Nº	CARGO	MATRÍCULA	NOME	PROCESSO SEI
01	2º SGT PM	950637-3	GILDOMAR FERREIRA DE ARAÚJO	3900032475.000306/2024-41
02	2º SGT PM	980624-5	LUCIANO DE FRANÇA LEAL	3900032172.000320/2024-50
03	2º SGT PM	105665-4	ALEX DA SILVA OLIVEIRA	3900037976.000010/2024-01
04	2º SGT PM	950924-0	ANTÔNIO ANÍSIO BATISTA JUNIOR	3900037581.000237/2024-82
05	2º SGT PM	980764-0	WASHINGTON ARAÚJO DE LIMA	3900032172.000321/2024-02

**II - Excluir**, por não haver concluído com aproveitamento as disciplinas do Módulo EAD do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM – CAS PM, **Parecer Técnico nº 184/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (46998580)**, com carga horária total de 444 horas-aulas, sob a supervisão do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, da Academia Integrada de Defesa Social – ACIDES, o policial militar abaixo relacionado por haver incorrido no preconiza o Projeto do Curso em seu item 10.5 – **“Das Avaliações de Segunda Chamada”**; letra “c” – **“Será atribuída nota 0,0 (zero) ao aluno que faltar a qualquer verificação sem motivo justificado ou que não der entrada no requerimento de 2ª (segunda) chamada dentro do prazo regulamentar estabelecido neste projeto.”**:

Nº	CARGO	MATRÍCULA	NOME
01	2º SGT PM	930928-4	MARCELO TORRES DE FRANÇA

**III - Excluir**, por não haver concluído com aproveitamento as disciplinas do Módulo EAD do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM – CAS PM, **Parecer Técnico nº 184/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (46998580)**, com carga horária total de 444 horas-aulas, sob a supervisão do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, da Academia Integrada de Defesa Social – ACIDES, os policiais militares abaixo relacionados por haverem incorrido no preconiza o Projeto do Curso em seu item 10.9.1 – **“Do desligamento do Curso”**; letra “b” – **“Tiver a frequência escolar em quaisquer disciplinas abaixo dos 75%, ao término da matéria”**:

Nº	CARGO	MATRÍCULA	NOME
01	2º SGT PM	104034-0	RICARDO GERMANO AZEVEDO DE LIRA
02	2º SGT PM	950650-0	EDVALDO PEREIRA DA SILVA
03	2º SGT PM	990117-5	LUIZ FERREIRA DE ALMEIDA
04	2º SGT PM	106501-7	INALDO JERFSON SOBREIRA DA SILVA
05	2º SGT PM	980554-0	SIDCLEY GOMES DE PAULA
06	2º SGT PM	980615-6	HELOILTON OLIVEIRA DE ARAUJO

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

#### **PORTARIA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL**

**Nº 4174** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, e em conformidade com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, e pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, combinados com a Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, **RESOLVE**:

**I - Designar**, a contar de 08 de junho de 2024, para integrar o corpo docente do **Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS PM, Turmas 1 a 10**, na modalidade presencial, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 184/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (46998580)**, com carga horária total de 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) horas-aula, sob a supervisão do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

<b>DISCIPLINA: ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO - CARGA HORÁRIA: 50 H/A</b>		
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR TITULAR</b>
TC PM	940196-2	CHARLTON WILTON VASCONCELOS DE ARAÚJO
TEN PM	106301-4	HENRRY ROGER OLIVEIRA DA SILVA
ST PM	103002-7	ROBERTO FRANK CAVALCANTI
ST PM	103341-7	GUSTAVO DA SILVA BEZERRA
SGT PM	32126-5	JARBAS DE ARRUDA CORDEIRO
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR SECUNDÁRIO</b>
SGT PM	109293-6	ANDERSON DE LIMA SALES
SGT PM	110347-4	FAGNE VIEIRA DOS SANTOS
SGT BM	710422-7	GLEN ANDERSON RAMOS DOS REIS
CB PM	113379-9	ELISVAN SILVA SANTOS
CB PM	115164-9	DIOGO CORREIA SANTOS
CB PM	112776-4	YGOR MACHADO DEZIDERIO
CB PM	116328-0	LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO FERREIRA
CB PM	120134-4	HUGO UEI JONG LIU
CB PM	117762-1	CLAYTON FELIPE LIMA PONCIANO DE MACÊDO
CB BM	711083-9	WLADimir MARQUES DE ANDRADE JUNIOR

CB PM	120127-1	HUGO VINÍCIUS DE BRITO GALVÃO
SD PM	120515-3	DIEGO BATISTA DA SILVA
SD PM	120795-4	ORLANDO RODRIGO CHAGAS SILVA
SD PM	122673-8	RONALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
SD PM	126199-1	FILIFE AUGUSTO GOMES OLIVEIRA
<b>DISCIPLINA: ABORDAGEM - CARGA HORÁRIA: 30 H/A</b>		
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR TITULAR</b>
MAJ PM	101178-2	CARLOS ANDRÉ FERRAZ DA SILVA
TEN PM	123690-3	PEDRO HENRIQUE TENÓRIO DE ALMEIDA PESSOA
TEN PM	121748-8	WILLIAM MORIM MONTEIRO
ST PM	980349-1	ISMAEL ALVES DA SILVA BORBA
SGT PM	930293-0	JOSÉ DACIANO GOMES DO NASCIMENTO JUNIOR
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR SECUNDÁRIO</b>
ST PM	104896-1	HILDERCLEISON NASCIMENTO DE MELO
SGT	106411-8	CARLOS EDUARDO PEREIRA VIANA
SGT	111515-4	JOSAFÁ COUTINHO DO NASCIMENTO
SGT	110384-9	MARIO DE SOUZA LEÃO
SGT	113421-3	JOSÉ MARCELO DE AZEVEDO JUNIOR
CB PM	112840-0	PRISCILLA REGINA ARAÚJO SAMPAIO
CB PM	113138-9	RAFAEL FALCONE DE SOUZA MELO
CB PM	113207-5	DANYEL DA SILVA SANTOS
SD PM	120665-6	FILIFE FALCONE GALVÃO DO NASCIMENTO
SD PM	122263-5	PEDRO DE MOURA SILVA
<b>DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR - QUALIDADE DE VIDA - CARGA HORÁRIA: 30 H/A</b>		
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR TITULAR</b>
CAP BM	798276-3	ROBERTO NUNES VIEIRA
ST PM	105472-4	PATRICIA OLIVEIRA DE PAULA
ST PM	104896-1	HILDERCLEISON NASCIMENTO DE MELO
SGT PM	106956-0	HÉLIO BARBOSA DA SILVA
SGT BM	707157-4	BISMARCK ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR SECUNDÁRIO</b>
SGT PM	104725-6	BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA
CB PM	112942-2	EMELLI PINHEIRO LOPES
CB BM	711345-5	LUCIVANDO LUIZ DOS SANTOS
CB BM	711161-4	CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS DIAS
SD PM	125742-0	MATHEUS JOSÉ RIBEIRO PESSOA
<b>DISCIPLINA: ORDEM UNIDA (COMANDAMENTO) - CARGA HORÁRIA: 20 H/A</b>		
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR TITULAR</b>
CAP PM	118957-3	IGOR DE LIMA AGRA
TEN PM	104459-1	IVO ARAGÃO DE ARAÚJO
TEN PM	123703-9	MATEUS RODRIGUES MARIANO
TEN BM	798347-6	LINDOMAR PEREIRA DE OLIVEIRA
SGT PM	930641-2	MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR SECUNDÁRIO</b>
SGT PM	930293-0	JOSÉ DACIANO GOMES DO NASCIMENTO JUNIOR
SGT BM	950911-9	JOAO MARCONIO FERREIRA MATIAS
SGT PM	111515-4	JOSAFÁ COUTINHO DO NASCIMENTO
SGT PM	110024-6	WAGNER LUIZ DANTAS DE SOUZA LIMA
SGT PM	103593-2	MARCIANO DE SÁ AMARAL
<b>DISCIPLINA: COMANDO E LIDERANÇA - CARGA HORÁRIA: 24 H/A</b>		
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR TITULAR</b>
MAJ PM	101184-7	REBEKA CRISTINY BARBOSA DE SANTANA
MAJ PM	106232-8	FILIFE ÁGABO TENÓRIO AMORIM PEREIRA
TEN PM	940790-1	CLOVIS PEREIRA DA SILVA FILHO
ST PM	104334-0	ADRIANA DE FÁTIMA TRINDADE DE MENDONÇA
SGT PM	930529-7	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
<b>DISCIPLINA: DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA - SEI - CARGA HORÁRIA: 20 H/A</b>		
<b>POSTO</b>	<b>MAT.</b>	<b>INSTRUTOR TITULAR</b>
TEN PM	126059-6	CÁSSIA JAMILLY BARBOSA DE SANTANA
ST PM	103500-2	FERNANDO ANTONIO PEREIRA LOPES
ST PM	990163-9	ADIR REGIS DO NASCIMENTO
SGT PM	9302395	JOÃO CARLOS RODRIGUES DA SILVA
SGT PM	980474-9	MARCELO BARBOSA DE FREITAS



**II - Dispensar e Designar**, a contar de 08 de junho de 2024, para integrar o corpo docente do **Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS PM/2024), Turmas 1 a 10**, na modalidade presencial, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 184/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (46998580)**, com carga horária total de 174 (cento e setenta e quatro) horas-aula, sob a supervisão do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO - CARGA HORÁRIA - 174 H/A			
CARGO	MAT.	COORDENADOR	SITUAÇÃO
TEN PM	920388-5	ALEXANDRE JOSÉ DO NASCIMENTO	DISPENSAR
SGT PM	106819-9	DANNUZIO SANGIORGY DE SÁ ANDRADE	DISPENSAR
CAP PM	105372-8	IRAN DA SILVA LEAL	DESIGNAR
TEN PM	123704-7	DIOGENES CALAZANS DOS SANTOS	DESIGNAR

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

#### **PORTARIA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL**

**Nº 4175** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, combinado com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, bem como, pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, **RESOLVE**:

**Matricular**, no **Curso de Atendimento às Pessoas LGBTQIA+, Turma 03**, na modalidade EAD, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 378/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (48688734)**, que será realizado a contar de 08 de julho de 2024, com carga horária total de 60 (sessenta) horas-aula, sob a supervisão da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

Nº	MATRÍCULA	CARGO	NOME
1	399.549-6	AGENTE PCPE	ALESSANDRA RAMOS DO NASCIMENTO E SILVA
2	386.469-3	DELEGADO PCPE	ALESSANDRO MENEZES ORICO
3	158.693-9	OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES	ALEXANDRE MAGNO DE SOUZA ANJOS
4	273.535-0	ESCRIVÃ PCPE	ANA CRISTINA GOMES DOS SANTOS
5	320.189-9	AGENTE PCPE	ANDRÉ FABIO DE SALES
6	296.920-3	AGENTE PCPE	ANDRE LUIS GOMES DE LIMA
7	208.503-8	AGENTE PCPE	ANTÔNIO ANILSON RIBEIRO
8	399.475-9	AGENTE PCPE	DAILSON CÂNDIDO DE ARAÚJO
9	387.236-0	AGENTE PCPE	DANIELA DE QUEIROGA DINIZ SPINELLI
10	220.964-0	AGENTE PCPE	DERIVALDO PEREIRA DE BARROS
11	387.240-8	AGENTE PCPE	DIOGO LINS ALVES E SILVA
12	350.934-6	ESCRIVÃ PCPE	FABIOLA TARCIANA DE LIMA ALMEIDA
13	350.752-1	AGENTE PCPE	FERNANDA GOMES DE ARAÚJO
14	208.619-0	AGENTE PCPE	GLEBSON JOSÉ BEZERRA PATRIOTA
15	297.018-0	ESCRIVÃO PCPE	HOMERO HENRIQUE DA SILVA
16	221.783-0	AGENTE PCPE	ÍCARO DE CARVALHO LIMA
17	319.829-4	AGENTE PCPE	IRANILDE BARBOSA DE SÁ
18	387.172-0	AGENTE PCPE	LAIS FERREIRA DE CARVALHO
19	319.671-2	AGENTE PCPE	LILIANA LYRA DE MELO BARBOSA
20	320.343-3	AGENTE PCPE	LUCRECIO BARROS SILVA
21	399.632-8	AGENTE PCPE	MARCELA TARCIANA NOGUEIRA DE SOUZA ALVES
22	273.256-4	ESCRIVÃ PCPE	PATRICIA GOMES DA SILVA
23	351.072-7	ESCRIVÃO PCPE	PAULO ANDRE SILVA LINS
24	436.520-8	DELEGADA PCPE	POLYANA MENDES DE FIGUEIREDO
25	387.577-6	AGENTE PCPE	RENATA KÉSSIA RIBEIRO SILVA
26	273.187-8	AGENTE PCPE	SABRINA DANTAS PINHEIRO DE MENEZES
27	273.195-9	AGENTE PCPE	SILVIO GONÇALVES RIBEIRO
28	319.650-0	ESCRIVÃO PCPE	STUVER ALEXANDRE GUIMARÃES MOURA
29	399.891-6	AGENTE PCPE	THIAGO JOSE ALVES BARRETO
30	297.012-0	AGENTE PCPE	WLADIA MARCIA SILVA

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

#### **PORTARIA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL**

**Nº 4176** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, e em conformidade com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, e pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, combinados com a Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, **RESOLVE**:

**Designar**, para integrar o corpo docente do **Curso de Atendimento às Pessoas LGBTQIA+, Turma 03**, na modalidade EAD, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 378/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (48688734)**, que será realizado a

contar de 08 de julho de 2024, com carga horária total de 60 (sessenta) horas-aula, sob a supervisão da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO - CARGA HORÁRIA: 60 h/a		
CARGO	MAT.	COORDENADOR
ESCRIVÃ PCPE	273.178-9	KASSIA LUCIA VIEIRA DOS SANTOS
DISCIPLINA: As pessoas LGBTQIA+: aspectos relevantes desse recorte populacional - Carga Horária: 20 h/a		
CARGO	MAT.	TUTOR
AGENTE PCPE	350.727-0	CARLOS DIEGO PEIXOTO DE SOUZA
DISCIPLINA: Policiamento ostensivo e pessoas LGBTQIA+ - Carga Horária: 8 h/a		
CARGO	MAT.	TUTOR
AGENTE PCPE	350.727-0	CARLOS DIEGO PEIXOTO DE SOUZA
DISCIPLINA: Pessoas LGBTQIA+ vítimas: procedimentos específicos - Carga Horária: 16 h/a		
CARGO	MAT.	TUTOR
AGENTE PCPE	350.727-0	CARLOS DIEGO PEIXOTO DE SOUZA
DISCIPLINA: Pessoas LGBTQIA+ em privação de liberdade - Carga Horária: 16 h/a		
CARGO	MAT.	TUTOR
AGENTE PCPE	350.727-0	CARLOS DIEGO PEIXOTO DE SOUZA

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

#### PORTARIA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL

**Nº 4177** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, combinado com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, bem como, pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, **RESOLVE**:

**I - Matricular**, no **Curso de Investigação de Crime Organizado, Turma 03**, na modalidade presencial, autorizado conforme o Parecer Técnico nº 108/2022 – CEDUC/CEFOSPE/SAD (21892525) e revalidado de acordo com o Parecer Técnico nº 07/2023 – CEDUC/CEFOSPE/SAD (32145033), realizado a contar de 08 de julho de 2024, com carga horária total de 40 (quarenta) horas-aula, sob a supervisão da Academia de Polícia Civil de Pernambuco - ACADEPOL, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

Nº	MATRICULA	CARGO	NOME
1	399.674-3	AGENTE PCPE	ADRIANO TABOSA MARTINS VERAS
2	399.595-0	AGENTE PCPE	AMANDA DE ANDRADE SILVA TABOSA
3	319.822-7	AGENTE PCPE	ANA CATARINE QUEIROZ DA SILVA
4	272.794-3	AGENTE PCPE	ANTONIO JOSEAN MESQUITA DE SOUSA
5	399.726-0	AGENTE PCPE	AUGUSTO CEZAR ALVES ALCOFORADO
6	387.480-0	AGENTE PCPE	DANIELA DE ARAUJO SILVA
7	319.711-5	AGENTE PCPE	DAVI LOPES DA SILVA
8	399.847-9	AGENTE PCPE	DIEGO SILVA DE SOUSA
9	445.675-0	DELEGADO PCPE	ERVERTON LUIS DE SOUSA BASTOS
10	399.908-4	AGENTE PCPE	FELIPE DE MENDONÇA E SILVA
11	208.604-2	AGENTE PCPE	GIANCARLO CAMARA DA SILVA
12	387.642-0	AGENTE PCPE	JANIEL SOUZA DE MEDEIROS
13	436.693-0	DELEGADA PCPE	JESSICA MARTINS DANTAS DE OLIVEIRA
14	296.057-5	DELEGADO PCPE	JOSÉ FLAVIO PESSOA
15	319.994-0	AGENTE PCPE	LANDELUCIO TABOSA DO NASCIMENTO
16	296.907-6	AGENTE PCPE	LUCIENE BARBOSA DE OLIVEIRA
17	350.852-8	AGENTE PCPE	MARCOS ANTONIO BRITO MELO FILHO
18	296.884-3	AGENTE PCPE	MARCOS ANTONIO FERREIRA DA SILVA
19	386.446-4	DELEGADO PCPE	MARCOS VINICIUS NOBRE MUSIAL
20	272.528-2	DELEGADA PCPE	MARIA DAS GRAÇAS ALVES CANUTO
21	386.837-0	AGENTE PCPE	PEDRO MATHEUS FREITAS LIMA
22	436.520-8	DELEGADA PCPE	POLYANA MENDES DE FIGUEIREDO
23	387.668-3	AGENTE PCPE	PRISCILLA SANTOS NOTINI CACADO
24	387.684-5	AGENTE PCPE	RAVI CIRILO TARGINO DE ARAUJO
25	297.009-0	AGENTE PCPE	RENATA MORAIS DOS SANTOS
26	399.891-6	AGENTE PCPE	THIAGO JOSE ALVES BARRETO
27	387.932-1	AGENTE PCPE	VANESSA DE OLIVEIRA CAVALCANTE
28	220.829-6	AGENTE PCPE	WANILTON DE SOUZA LEÃO JÚNIOR

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

#### PORTARIA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL

**Nº 4178** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, e em conformidade com o Decreto nº 28.486, de 17 de

outubro de 2005, e pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, combinados com a Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, **RESOLVE:**

**Designar**, para integrar o corpo docente do **Curso de Investigação de Crime Organizado, Turma 03**, na modalidade presencial, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 108/2022 – CEDUC/CEFOSPE/SAD (21892525)** e revalidado de acordo com o **Parecer Técnico nº 07/2023 – CEDUC/CEFOSPE/SAD (32145033)**, realizado a contar de **08 de julho de 2024**, com carga horária total de 40 (quarenta) horas-aula, sob a supervisão da Academia de Polícia Civil de Pernambuco - ACADEPOL, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO - CARGA HORÁRIA: 40 H/A		
CARGO	MAT.	COORDENADOR
AGENTE PCPE	387.380-3	RONEY SIDNEY FERREIRA CRUZ ANDRADE
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO CRIME ORGANIZADO CARGA HORÁRIA: 8 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
DELEGADA PCPE	296.066-4	VIVIANE SANTA CRUZ LAGO
DISCIPLINA: INVESTIGAÇÃO DE CORRUPÇÃO CARGA HORÁRIA: 4 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
DELEGADA PCPE	296.066-4	VIVIANE SANTA CRUZ LAGO
DISCIPLINA: INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA CARGA HORÁRIA: 4 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
AGENTE PCPE	272.796-0	DIEGO JOSÉ LOBO DE OLIVEIRA
DISCIPLINA: INVESTIGAÇÃO UTILIZANDO INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA CARGA HORÁRIA: 4 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
AGENTE PCPE	209.244-1	GENILDO BARBOSA LEITE FILHO
DISCIPLINA: INVESTIGAÇÃO UTILIZANDO ANÁLISE DE VÍNCULO CARGA HORÁRIA: 4 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
AGENTE PCPE	209.244-1	GENILDO BARBOSA LEITE FILHO
CARGO	MAT.	INSTRUTOR SECUNDÁRIO
AGENTE PCPE	387.681-0	BRUNO CHAVES JUCÁ
AGENTE PCPE	273.175-4	LINDEMBERG ALVES RIBEIRO
DISCIPLINA: INVESTIGAÇÃO UTILIZANDO INVESTIGAÇÃO CIBERNÉTICA CARGA HORÁRIA: 4 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
AGENTE PCPE	221.349-4	HELDER DE SOUZA CUNHA
CARGO	MAT.	INSTRUTOR SECUNDÁRIO
AGENTE PCPE	272.796-0	DIEGO JOSÉ LOBO DE OLIVEIRA
AGENTE PCPE	387.686-1	ITUZA CELESTE GARCIA RAMOS
DISCIPLINA: INVESTIGAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO CARGA HORÁRIA: 12 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
DELEGADA PCPE	272.572-0	SIMONE DE AGUIAR CUNHA MARQUES
DISCIPLINA: INVESTIGAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO – ESTUDO DE CASO CARGA HORÁRIA: 4 H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR SECUNDÁRIO
AGENTE PCPE	272.796-0	DIEGO JOSÉ LOBO DE OLIVEIRA
CARGO	MAT.	INSTRUTOR SECUNDÁRIO
AGENTE PCPE	387.686-1	ITUZA CELESTE GARCIA RAMOS

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

#### PORTARIA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL

**Nº 4179** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, combinado com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, bem como, pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, **RESOLVE:**

**Matricular**, no **Curso Básico de Ferramentas de Análise de Vínculos I2 (CBFAV-I2)**, Turma única, na modalidade presencial, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 747/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (51164771)**, que será realizado a contar de **08 de julho de 2024**, com carga horária total de **40 (quarenta) horas-aulas**, sob a supervisão da Escola de Inteligência de Pernambuco- ESINT-PE, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os alunos abaixo relacionados:

Nº	CARGO	MAT.	NOME
1	SGT PM	XXX028-X	FAUSTINO
2	SD PM	XXX001-X	CAVALCANTI
3	SGT BM	XXX002-X	RODRIGUES
4	CB PM	XXX710-X	SILVA
5	SGT PM	XXX154-X	DOS SANTOS
6	POLICIAL PENAL	XXX003-X	VASCONCELOS
7	AGENTE PC	XXX562-X	DA SILVA
8	SGT PM	XXX265-X	NETO
9	SD PM	XXX479-X	LIMA
10	AGENTE PC	XXX234-X	DE VASCONCELOS

11	CB PM	XXX499-X	ROCHA
12	AGENTE PC	XXX192-X	MAIA
13	AGENTE PC	XXX000-X	SANTOS
14	SGT PM	XXX756-X	SANTANA
15	AGENTE PC	XXX094-X	ANJOS

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

#### PORTARIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA SOCIAL

**Nº 4180** – A Secretária Executiva de Defesa Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na Portaria nº 1.199, de 27 de fevereiro de 2019 do Secretário de Defesa Social, e em conformidade com o Decreto nº 28.486, de 17 de outubro de 2005, e pelo Decreto nº 56.558, de 03 de maio de 2024, combinados com a Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, **RESOLVE:**

**Designar**, para integrar o corpo docente do **Curso Básico de Ferramentas de Análise de Vínculos I2 (CBFAV-I2)**, Turma única, autorizado conforme o **Parecer Técnico nº 747/2024 – GEDUC/EGAPE/SAD (51164771)**, que será realizado a contar de **08 de julho de 2024**, com carga horária total de **40 (quarenta) horas-aula**, sob a supervisão da Escola de Inteligência de Pernambuco - ESINT-PE, da Academia Integrada de Defesa Social - ACIDES, os servidores abaixo relacionados:

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO – CARGA HORÁRIA: 40H/A		
CARGO	MAT.	COORDENADOR
SGT BM	XXX96-X	NASCIMENTO
DISCIPLINA: Analyst Notebook - CARGA HORÁRIA: 16H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
AGENTE PC	XXX579-X	SILVA
CARGO	MAT.	INSTRUTOR SECUNDÁRIO
COMISSÁRIO PC	XXX741-X	COUTINHO
DISCIPLINA: iBase - CARGA HORÁRIA: 16H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
AGENTE PC	XXX579-X	SILVA
CARGO	MAT.	INSTRUTOR SECUNDÁRIO
AGENTE PC	XXX741-X	COUTINHO
DISCIPLINA: Text Chart - CARGA HORÁRIA: 8H/A		
CARGO	MAT.	INSTRUTOR TITULAR
AGENTE PC	XXX579-X	SILVA
CARGO	MAT.	INSTRUTOR SECUNDÁRIO
COMISSÁRIO PC	XXX741-X	COUTINHO

**DOMINIQUE DE CASTRO OLIVEIRA**  
Secretária Executiva de Defesa Social

### 2.3 – Secretaria Executiva de Gestão Integrada:

Sem alteração

### 2.4 – Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil:

Sem alteração

### 2.5 - Corregedoria Geral SDS:

#### SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL CORREGEDORIA GERAL

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 242/2024**

**SEI Nº 2024.13.5.001206 - Sigpad nº 2024.13.5.001206**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Encaminhamento 51438479, da Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000103.000440/2024-84; **RESOLVE: I - DISTRIBUIR** o Processo Administrativo Disciplinar nº 2024.13.5.001206, tendo como imputado o **AGENTE DE POLICIA CIVIL MARCU AURELIO DA SILVA, Mat. 221.330-3; II – TRAMITAR** o referido PAD na 1ª CPD/PC, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 243/2024**

**SEI Nº 2023.13.5.002606 - Sigpad nº 2023.13.5.002606**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Encaminhamento 51438479, da Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000103.000440/2024-84; **RESOLVE: I - DISTRIBUIR** o Processo Administrativo Disciplinar nº 2023.13.5.002606, tendo como imputada a **ESCRIVÃ DE POLICIA CIVIL ALYNE ANNE SOARES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 320.060- 4; **II – TRAMITAR** o referido **PAD** na 1ª **CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 244/2024**

**SEI Nº 2024.13.5.000247 - Sigpad nº 2024.13.5.000247**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e em especial da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Encaminhamento 51438479, da Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000103.000440/2024-84; **RESOLVE: I - DISTRIBUIR** o Processo Administrativo Disciplinar nº 2024.13.5.000247, tendo como imputado o **EX-AGENTE DE POLICIA CIVIL JOSE JAILSON DUARTE**, MAT. 236.855-2; **II – TRAMITAR** o referido **PAD** na 3ª **CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 245/2024**

**SEI Nº 2023.13.5.003373 - Sigpad nº 2023.13.5.003373**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Encaminhamento 51438479, da Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000103.000440/2024-84; **RESOLVE: I - DISTRIBUIR** o Processo Administrativo Disciplinar nº 2023.13.5.003373, tendo como imputada a **AGENTE DE POLICIA CIVIL ROSANA SANTIAGO DE SOUZA**, Mat. 387.493-1; **II – TRAMITAR** o referido **PAD** na 3ª **CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 246/2024**

**SEI Nº 2024.13.5.000449 - Sigpad nº 2024.13.5.000449**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Encaminhamento 51438479, Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000103.000440/2024-84; **RESOLVE: I - DISTRIBUIR** o Processo Administrativo Disciplinar nº 2024.13.5.000449, tendo como imputada a **EX-ESCRIVÃ DE POLICIA CIVIL LUDMILLA REIS CAVALCANTI**, MAT. 273.282-3; **II – TRAMITAR** o referido **PAD** na 5ª **CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 247/2024**

**SEI Nº 2023.13.5.004125 - Sigpad nº 2023.13.5.004125**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Encaminhamento 51438479,

da Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000103.000440/2024-84; **RESOLVE: I - DISTRIBUIR** o Processo Administrativo Disciplinar nº 2023.13.5.004125, tendo como imputado o **AGENTE DE POLICIA CIVIL WERLOW FONSECA DA SILVA, MAT. 221.769-4; II – TRAMITAR** o referido **PAD** na **5ª CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 248/2024**

**SEI Nº 2024.13.5.001372 - Sigpad nº 2024.13.5.001372**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Encaminhamento 51438479, da Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000103.000440/2024-84; **RESOLVE: I - DISTRIBUIR** o Processo Administrativo Disciplinar nº 2024.13.5.001372, tendo como imputado o **COMISSÁRIO DE POLÍCIA CIVIL AURÉLIO FRANÇA VIEIRA, Mat. 220.947-0; II – TRAMITAR** o referido **PAD** na **5ª CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 249/2024**

**SEI Nº 2023.4.5.006449 - Sigpad nº 2024.13.5.002247**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e em especial da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 944 (50976515), da Chefia do DEPINS/PTAC, inserido no SEI nº 2023.4.5.006449; **RESOLVE: I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar - PAD** com base no Art. 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art. 2º, IV, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputada a **ESCRIVÃ DE POLICIA CIVIL VERÔNICA DANIELA RAMOS FERREIRA DE MOURA, MAT. 350.912-5; II – TRAMITAR** o referido **PAD** na **1ª CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 250/2024**

**SEI Nº 2022.4.5.003957 - Sigpad nº 2024.13.5.002405**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 1091 (51773771), da Chefia do DEPINS/PTAC, inserido no SEI nº 2022.4.5.003957; **RESOLVE: I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar - PAD** com base no Art. 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art. 2º, IV, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputado o **AGENTE DE POLICIA CIVIL RHANY ROGÉRIO BARROS DA SILVA, Mat. 350.628-2; II – TRAMITAR** o referido **PAD** na **3ª CPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 251/2024**

**SEI Nº 3900009177.000041/2020-09 - SIGPAD Nº 2024.14.5.002552**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 490 (52014732), da Corregedoria Auxiliar Civil, e o Despacho 2567 (52222070), do Corregedor Geral Adjunto, ambos inseridos no SEI nº 3900009177.000041/2020-09; **RESOLVE: I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar Especial - PADE** com base no Art. 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art. 2º, IV, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputado o **PERITO CRIMINAL JUAN VICENTE DE CARVALHO SANCHEZ ORTIZ, MAT. 209.367-7; II – TRAMITAR** o referido **PADE** na **CEPD/PC**, visando

apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 252/2024**

**SEI Nº 3900000003.004127/2024-43 - SIGPAD Nº 2024.14.5.002563**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 52300094, da Chefia do Departamento de Correição, inserido no SEI nº 3900000003.004127/2024-43; **RESOLVE: I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar Especial - PADE** com base no Art. 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art. 2º, IV, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputado o **DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL LUIZ ALBERTO BRAGA QUEIROZ, Mat. 390.282-0; II – TRAMITAR** o referido **PADE** na **CEPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 253/2024**

**SEI Nº 2022.4.5.000324 - SIGPAD Nº 2024.14.5.002236**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 402 (35752453), da Chefia do DEPINS/PTAC, inserido no SEI nº 2022.4.5.000324; **RESOLVE: I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar Especial - PADE** com base no Art. 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art. 2º, IV, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputado o **PERITO CRIMINAL JOSÉ AUGUSTO DE MATOS ALMEIDA JUNIOR, Mat. 391.671-5; II – TRAMITAR** o referido **PADE** na **CEPD/PC**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 25 de junho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 254/2024**

**SEI nº 2023.4.5.003323 - SIGPAD Nº 2024.8.5.002447**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 1054 (51473675), da Chefia do DEPINS/PTAC, inserido no SEI nº 2023.4.5.003323; **RESOLVE: I - INSTAURAR Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD** com base no Art. 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art. 2º, III, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputado o **COMISSÁRIO DE POLÍCIA RENATO BEZERRA DOS SANTOS, Mat. 319.929-0; II – TRAMITAR** a referida **SAD** na **2ª CPD/SAD**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 25 de junho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 255/2024**

**SEI nº 2023.4.5.000947 - SIGPAD Nº 2024.8.5.002231**

A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial da eficiência, e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 985 (51052465), da Chefia do DEPINS/PTAC, inserido no SEI nº 2023.4.5.000947; **RESOLVE: I - INSTAURAR Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD** com base no Art 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art 2º, III, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputado o **COMISSÁRIO DE POLÍCIA CIVIL JOÃO ALVES BISPO, MAT. 221.492-0; II – TRAMITAR** a referida **SAD** na **2ª CPD/SAD**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 25 de junho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor. Ger./SDS nº 256/2024**

**SEI nº 2023.4.5.003059 - SIGPAD Nº 2024.8.5.002253**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o teor do Despacho 943 (50973887), da Chefia do DEPINS/GTAC, inserido no SEI nº 2023.4.5.003059; **RESOLVE: I - INSTAURAR Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD** com base no Art. 56 da Lei nº 6.425/72, c/c Art 2º, III, da Lei nº 11.929/01, tendo como imputado o **COMISSÁRIO DE POLÍCIA SEVERINO JOSE DE LIMA, Mat. 152.806-8; II – TRAMITAR** a referida **SAD** na **2ª CPD/SAD**, visando apurar a conduta, e fatos conexos que surgirem no decorrer dos trabalhos, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 25 de junho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS  
**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORREGEDORIA GERAL**

**Portaria Cor.Ger./SDS nº 257/2024**

**SEI nº 3900009160.002863/2023-48 - SIGPAD nº 2024.12.5.002269**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso de suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o previsto no art. 2º, I, "b" e "c", do Decreto Estadual 3.639/75; CONSIDERANDO o previsto no art. 2º, IV, da Lei Estadual 11.929/01, modificada pela Lei Complementar 158/2010, c/c art. 1º, I, da Portaria do Secretário de Defesa Social nº 3.642, de 18/06/2018; CONSIDERANDO o inteiro teor do SEI nº 3900009160.002863/2023-48, o teor do Encaminhamento e do Despacho (45244681), ambos do Departamento de Correição, e o Despacho do Corregedor Geral Adjunto 40 (45301047), **RESOLVE: I – INSTAURAR** Conselho de Disciplina com o fim de apurar conduta, sob o viés ético-disciplinar, imputada ao **SGT RRPM Mat. 25935-7 CICERO ESTORLANDO MONTEIRO; II – DETERMINAR** a distribuição do Conselho de Disciplina à 1ª CPDPM, visando apurar conduta do militar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**Portaria Cor.Ger./SDS nº 258/2024**

**SEI nº 2023.4.5.005837 - SIGPAD nº 2024.12.5.002225**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso de suas atribuições; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO o previsto no art. 2º, I, "a", "b" e "c", do Decreto Estadual 3.639/75; CONSIDERANDO o previsto no art. 2º, IV, da Lei Estadual 11.929/01, modificada pela Lei Complementar 158/2010, c/c art. 1º, I, da Portaria do Secretário de Defesa Social nº 3.642, de 18/06/2018; CONSIDERANDO o inteiro teor do SEI nº 2023.4.5.005837, o teor do Encaminhamento (51276630) e o Despacho do Corregedor Geral Adjunto 1081 (51305549), **RESOLVE: I – INSTAURAR** Conselho de Disciplina com o fim de apurar conduta, sob o viés ético-disciplinar, imputada ao **SGT PM Mat. 106899-7 ALESSANDRO MARCOS MORAES DA SILVA, CB PM Mat. 114682-3 CLAYTON CAVALCANTI DOS SANTOS, CB PM Mat. 110876-0 GEORGE BEZERRA CAVALCANTI e o CB PM Mat. 116296-9 ENIO SOARES BARBOSA; II – DETERMINAR** a distribuição do Conselho de Disciplina à 2ª CPDPM, visando apurar conduta do militar, observando os dispositivos previstos no regime disciplinar aplicável à espécie. Recife, 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**Portaria Cor.Ger./SDS nº 259/2024**

**SEI nº 2024.1.1.000237 - SIGPAD nº 2024.12.5.002569**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, IV, da Lei Estadual 11929/01, modificada pela Lei Complementar 158/2010; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e em especial da eficiência e do interesse público, **ex vi** do Art. 37, da CF/1988; CONSIDERANDO a Portaria do Comando Geral da PMPE nº 241, de 26/04/2024, publicada no BG PMPE nº 096, de 23/05/2024, que submeteu a Conselho de Disciplina o **SGT PM Mat. 103272-0 JEFERSON HENRIQUE DA SILVA**; CONSIDERANDO o teor do SEI nº 2024.1.1.000237, noticiando irregularidades; **RESOLVE: DETERMINAR** a distribuição do Conselho de Disciplina à 3ª CPDPM, visando apurar a conduta do militar em questão, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos legais aplicáveis à espécie. 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS



**Portaria Cor.Ger./SDS nº 260/ 2024**

**SEI nº 3900038490.000011/2023-82 - SIGPAD nº 2024.12.5.002572**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, IV, da Lei Estadual 11929/01, modificada pela Lei Complementar 158/2010; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO a Portaria do Comando Geral da PMPE nº 242, de 26/04/2024, publicada no BG PMPE nº 096, de 23/05/2024, que submeteu a Conselho de Disciplina o **SD PM Mat. 126468-0 EDUARDO FELIPE XAVIER FIGUEIREDO DE LIMA**; CONSIDERANDO o teor do SEI nº 3900038490.000011/2023-82, noticiando irregularidades; **RESOLVE: DETERMINAR** a distribuição do Conselho de Disciplina à 5ª CPDPM, visando apurar a conduta do militar em questão, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos legais aplicáveis à espécie. 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**Portaria Cor.Ger./SDS nº 261/2024**

**SEI nº 3900038369.000024/2023-57 - SIGPAD nº 2024.12.5.002577**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, IV, da Lei Estadual 11929/01, modificada pela Lei Complementar 158/2010; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e em especial da eficiência e do interesse público, **ex vi** do Art. 37, da CF/1988; CONSIDERANDO a Portaria do Comando Geral da PMPE nº 290, de 14/05/2024, publicada no BG PMPE nº 096, de 23/05/2024, que submeteu a Conselho de Disciplina o **CB PM Mat. 108852-1 DIEGO CARLOS MATIAS e o SD PM Mat. 125602-5 VINICIUS KELVY RODRIGUES DE MELO**; CONSIDERANDO o teor do SEI nº 3900038369.000024/2023-57, noticiando irregularidades; **RESOLVE: DETERMINAR** a distribuição do Conselho de Disciplina à 6ª CPDPM, visando apurar a conduta do militar em questão, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos legais aplicáveis à espécie. 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

**Portaria Cor.Ger./SDS nº 262/2024**

**SEI nº 3900035993.000485/2023-75 - SIGPAD nº 2024.12.5.002580**

**A Corregedora Geral da Secretaria de Defesa Social**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, IV, da Lei Estadual 11929/01, modificada pela Lei Complementar 158/2010; CONSIDERANDO a estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação e, em especial, da eficiência e do interesse público, **ex vi**, do Art. 37 da CF/1988; CONSIDERANDO a Portaria do Comando Geral da PMPE nº 259, de 06/05/2024, publicada no BG PMPE nº 096, de 23/05/2024, que submeteu a Conselho de Disciplina o **CB REF. PM Mat. 910518-2 ROSTAND CAVALCANTI BELÉM**; CONSIDERANDO o teor do SEI nº 3900035993.000485/2023-75, noticiando irregularidades; **RESOLVE: DETERMINAR** a distribuição do Conselho de Disciplina à 1ª CPDPM, visando apurar a conduta do militar em questão, sob o viés ético-disciplinar, observando os dispositivos legais aplicáveis à espécie. 04 de julho de 2024.

**MARIANA CAVALCANTI DE SOUSA**  
Corregedora Geral da SDS

## **2.6 – Gerência Geral de Polícia Científica:**

Sem alteração

## **3 – ÓRGÃOS OPERATIVOS DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**

### **3.1 - Polícia Militar de Pernambuco:**

Sem alteração

### **3.2 - Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco:**

Sem alteração

### **3.3 - Polícia Civil de Pernambuco:**

Sem alteração

**TERCEIRA PARTE**  
**Assuntos Gerais**

## 4 – Repartições Estaduais:

### FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PE - FUNAPE

A Diretora-Presidente RESOLVE publicar a Portaria nº 3047 de CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES, de JULHO/2024, que se encontram disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico [www.funape.pe.gov.br](http://www.funape.pe.gov.br). KATHARINA SAMARA LOPES FLORENCIO - Diretora-Presidente  
(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 124, de 05JUL2024).

## 5 – Licitações e Contratos:

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE ABERTURA

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0315.2024.AC-30-PE.0064.SAD.

SDS - Objeto: Formação de Registro de Preços para o eventual fornecimento de vestuário com proteção individual (Avental, Capote e Macacão - do tipo descartável), visando atender as necessidades da Polícia Científica de Pernambuco. Valor máximo estimado: R\$ 1.061.675,1700. Entrega das propostas: até 26/07/2024, às 08:30. Início disputa: 26/07/2024, às 09:00 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site [www.peintegrado.pe.gov.br](http://www.peintegrado.pe.gov.br). Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7757. Núbia Ribeiro – Agente de Contratação AC- 57.

#### POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

Contrato de Prestação Serviços nº 013/2024, Pregão Eletrônico nº 0011.2023, oriundo do Processo nº 0012.2023. PREG-VII.PE.0011.SAD. Contratada: SERCOSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 08.717.223/0001-86. Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza e conservação predial, conforme as especificações contidas no Termo de Referência e documentos constante do Processo Administrativo nº 0012.2023. PREG-VII.PE.0011.SAD. Vigência: 02.07.2024 a 01.07.2025. Valor Mensal Estimativo: R\$ 196.165,97 (Cento e noventa e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos). 6º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação Serviços nº 029/2019, oriunda do Processo nº 0287.2018.CCPLE-VII. IN.0029.SAD.DAG.SDS. Contratada: DÍGITRO TECNOLOGIA S.A, CNPJ: 83.472.803/0001-76. Objeto: Prorrogação pelo período de 06.07.2024 a 05.07.2025. Recife, 04/07/2024. Beatriz Cristina Fakin Leite Marques. Delegada Geral Adjunta da Polícia Civil.

#### POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

##### Aviso de Intenção de Contratar nº 003/2024

Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para locação de imóveis de terceiros destinados à instalação e funcionamento da Delegacia de Polícia da 185ª Circunscrição no município de Quixaba/PE. As propostas deverão ser apresentadas até o dia 09/07/2024 às 17h00, através do e-mail: [uniccon@polciacivil.pe.gov.br](mailto:uniccon@polciacivil.pe.gov.br), ou entregue no endereço Rua da Aurora, 487, 2º andar, sala da UNICCON, Boa Vista – Recife/PE. Informações pelo telefone (81) 3184.3261. O Termo de Referência e seus anexos estão disponíveis no SEI nº 3900001203.000008/2024-28. Recife, 04/07/2024

##### Aviso de Intenção de Contratar nº 004/2024

Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para locação de imóveis de terceiros destinados à instalação e funcionamento da DIRESP - 11ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – 11ª DEAM/DPMUL – Salgueiro/PE. As propostas deverão ser apresentadas até o dia 09/07/2024 às 17h00, através do e-mail: [uniccon@polciacivil.pe.gov.br](mailto:uniccon@polciacivil.pe.gov.br), ou entregue no endereço Rua da Aurora, 487, 2º andar, sala da UNICCON, Boa Vista – Recife/PE. Informações pelo telefone (81) 3184.3261. O Termo de Referência e seus anexos estão disponíveis no SEI nº 3900001203.000005/2024-94. Recife, 04/07/2024. Edmilson Batista Ferreira Junior – Chefe da UNICCON

#### POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

SANÇÃO/PAAP 1º TA ao TC nº 21/2023-DCC-PMPE Com base no que dispõe o Artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, aplicar à Empresa PROSEL TERCEIRIZACAO, LIMPEZA E CONSTRUCAO SOCIEDADE UNIPessoal LTDA- CNPJ 37.538.251/0001- 34 pelo não cumprimento da retirada dos dejetos para o mês de Janeiro/24, a sanção de Multa R\$ 2.531,65, equivalente a 12% do valor Mensal do Contrato: R\$ 21.097,0678 , de acordo com a alínea "G" do inciso V ; Acréscimo contratual de 25%.

(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 124, de 05JUL2024).

## QUARTA PARTE Justiça e Disciplina

## 6 - Elogio:

Sem alteração

## 7 - Disciplina:

Sem alteração